

Vidas em territórios sob pressão:

Povos Uru-eu-wau-wau,
Paiter Suruí
e Arara

Apresentação

*Por Julia Mello Neiva e Thaynah Gutierrez Gomes,
Conectas Direitos Humanos*

A Constituição de 1988 é um marco no constitucionalismo brasileiro, um clamor pela redemocratização e por direitos sociais mais abrangentes e a previsão expressa do reconhecimento das terras dos povos indígenas e quilombolas.

Apesar disso, a situação dos povos indígenas nunca foi pautada como prioridade para a agenda de políticas públicas do país. Infelizmente, convivemos com um processo contínuo de violação de direitos, invasão de territórios e perpetuação do racismo estrutural advindo do processo de colonização.

No passado mais recente, especialmente na última década, os avanços da expansão agrícola, madeireira e pecuária, associado às tentativas de flexibilização das legislações ambientais e ao enfraquecimento da fiscalização, juntamente com a exploração garimpeira, têm gerado um aumento do número de conflitos nos territórios da Amazônia, incluindo assassinatos de indígenas e pessoas defensoras das florestas. É um cenário em que as relações entre o setor privado e o Estado brasileiro são demasiadamente próximas, gerando conflitos de interesse e assimetrias de poder entre comunidades afetadas e setor privado e o Estado. Isso tem contribuído, desde os tempos coloniais, para colocar em risco a própria sobrevivência dos povos indígenas no país.

Dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT),¹ junto a organizações da Amazônia Legal e organizações internacionais, demonstram que, entre janeiro de 2020 e julho de 2022, 202 pessoas (em sua maioria homens camponeses) foram assassinadas por defenderem seus territórios. Deste total, 62 assassinatos (30%) ocorreram no Brasil. Ainda, dados do mesmo relatório apontam que, entre os

¹ “90% dos assassinatos de defensores das florestas não são julgados, aponta CPT”, InfoAmazônia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/11/16/90-dos-assassinatos-de-defensores-das-floresta-nao-sao-julgados-aponta-cpt/>. Acesso em 19/05/2023.

anos de 1985 e 2021, foram registrados 1.536 crimes de assassinato em conflitos no campo resultando em 2.028 mortos. No entanto, apenas 147 destes crimes foram julgados. Ou seja, cerca de 90% dos casos de assassinatos deste período não tiveram qualquer tipo de julgamento, comprovando que a falta de efetiva apuração é medida padrão, o que infelizmente resulta em impunidade.

Conectas Direitos Humanos tem atuado fortemente no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de *amicus curiae*, no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e na Organização das Nações Unidas (ONU), além de realizar ações de incidência no Congresso Nacional. Temos apoiado lideranças indígenas e indigenistas em denúncias nestes espaços, contribuindo para fortalecer suas estratégias de luta. Com isso, temos construído um processo de parceria com inúmeras organizações indígenas e indigenistas, um aprendizado fundamental para a melhoria da nossa atuação.

O presente relatório é fruto da parceria entre Conectas, Associação Etnoambiental Kanindé, Instituto Maíra, Jupauá - Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau e KOWIT - Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca. Aqui estão presentes as vozes e visões das lideranças que atuaram na linha de frente da proteção dos direitos indígenas desses povos de recente contato, os quais sofreram com governos negligentes no passado recente sem deixar de desenhar múltiplas estratégias de luta e fortalecimento comunitário.

Com o objetivo principal de colocar o protagonismo das lideranças indígenas Uru-eu-wau-wau, Paiter Suruí e Arara da TI Cachoeira Seca em evidência, não apenas a partir das dores, ameaças e violações de direitos humanos aos quais são submetidas, mas também a partir das tecnologias ancestrais que essas lideranças indígenas utilizam, esperamos que este relatório possa fornecer um panorama sobre as particularidades desses povos indígenas, bem como um retrato das lutas de povos indígenas do Brasil.

Boa leitura!



Expediente

Conectas Direitos Humanos

Camila Asano | *Diretora Executiva*

Julia Mello Neiva | *Diretora de Fortalecimento do Movimento de Direitos Humanos*

Gabriel Sampaio | *Diretor de Litigância e Incidência*

Marcos Fucs | *Diretor Jurídico e Financeiro*

Coordenação

Carolina Diniz | *Coordenadora de Enfrentamento à Violência Institucional*

Fernanda Mioto | *Coordenadora Administrativa-financeira*

Leonardo Medeiros | *Coordenador de Comunicação*

Julia Neiva | *Coordenadora de Defesa dos Direitos Socioambientais*

Raissa Belintani | *Coordenadora de Fortalecimento do Espaço Democrático*

Conselho Deliberativo

Andre Degenszajn, Douglas Belchior, Malak Poppovic, Marcelo Furtado, Oscar Vilhena, Renata Reis, Sueli Carneiro e Theo Dias (pres.)

Conselho Fiscal

Emilio Martos, Heloísa Motoki e Luigi Puntel

Associados

Anamaria Schindler, Andre Degenszajn, Denise Dora, Douglas Belchior, Emilio Martos, Flavia Regina de Souza, Hélio Menezes, Heloisa Motoki, Luigi Puntel, Malak Poppovic, Margarida Genevois, Marcelo Furtado, Oscar Vilhena, Renata Reis, Sueli Carneiro e Theo Dias

Vidas em territórios sob pressão: Povos Uru-eu-wau-wau, Paiter Suruí e Arara (2023)

Associação Etnoambiental Kanindé, Instituto Maíra, Jupáú - Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau e KOWIT - Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca | *Apoio*

Julia Mello Neiva e Thaynah Gutierrez Gomes | *Revisão técnica*

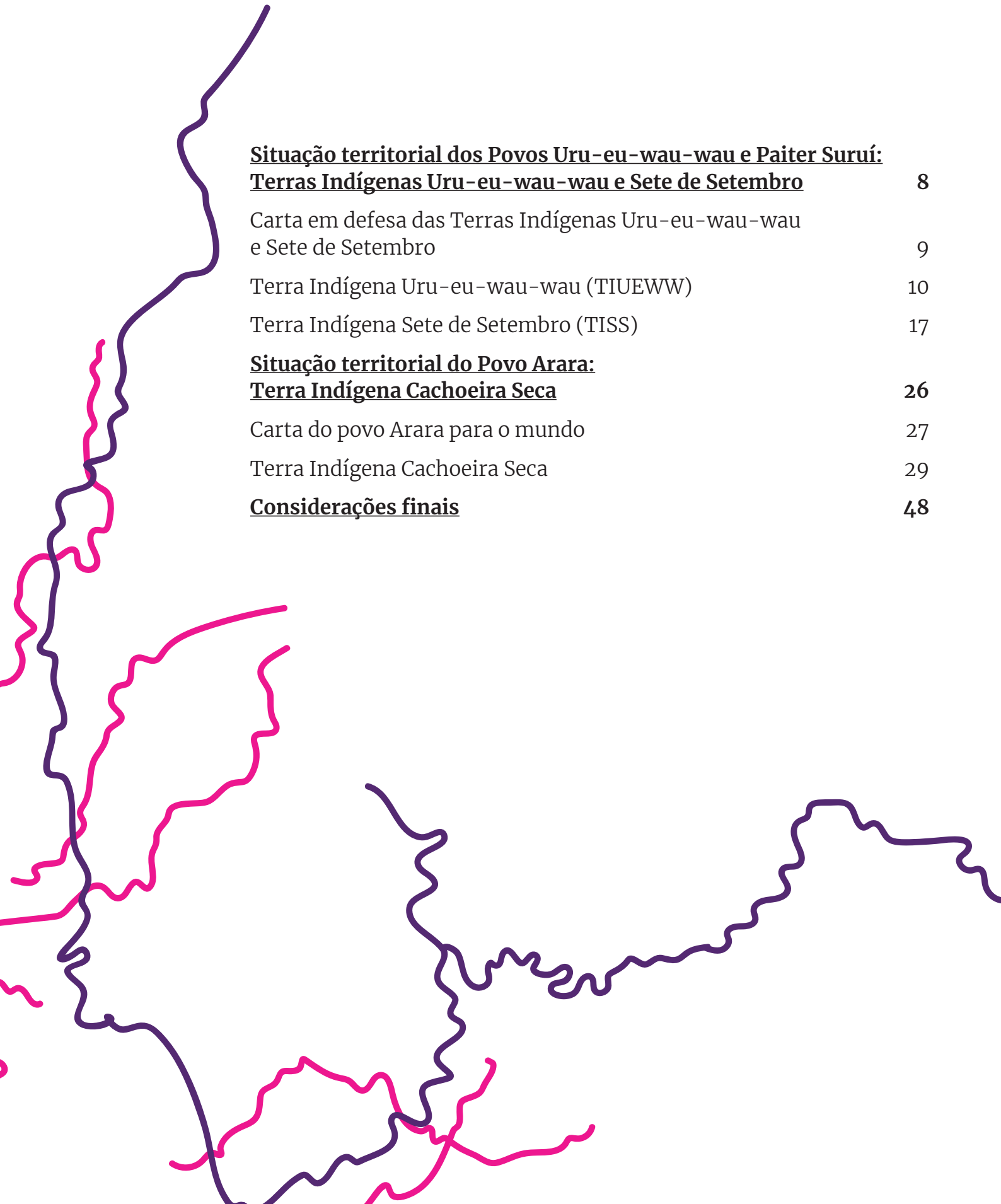
Renato Barreto | *Projeto editorial*

Bruno O. | *Design e diagramação*

www.conectas.org
contato@conectas.org

Julho de 2023

Sumário



<u>Situação territorial dos Povos Uru-eu-wau-wau e Paiter Suruí:</u>	
<u>Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro</u>	8
Carta em defesa das Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro	9
Terra Indígena Uru-eu-wau-wau (TIUEWW)	10
Terra Indígena Sete de Setembro (TISS)	17
<u>Situação territorial do Povo Arara:</u>	
<u>Terra Indígena Cachoeira Seca</u>	26
Carta do povo Arara para o mundo	27
Terra Indígena Cachoeira Seca	29
<u>Considerações finais</u>	48

Situação territorial dos Povos Uru-eu- wau-wau e Paiter Suruí: Terras Indígenas Uru-eu-wau- wau e Sete de Setembro

Ivaneide Bandeira Cardozo
Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí
Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental

Carta em defesa das Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro

A pressão e as ameaças às Terras Indígenas (TI) Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro e aos ativistas que fazem a sua proteção têm se avolumado nos últimos anos. A omissão e conivência do Governo Bolsonaro colocaram em risco a floresta e seu povo. É necessário e urgente o compromisso e a defesa desses territórios e populações por parte do Estado brasileiro, assim como que a sociedade, as instituições e fundações apoiem os projetos, propostos pelos indígenas, suas organizações e aliados, que visam à sustentabilidade econômica-ambiental-cultural.

É urgente que sejam desenvolvidos e apoiados projetos que garantam a vida dos defensores da floresta e dos direitos humanos. Projetos que devem prever a defesa da família, e não apenas de uma pessoa, pois os ataques envolvem todo o núcleo familiar; e projetos que precisam ser de longo prazo, para que esses defensores não percam suas vidas ao serem abandonados assim que as pessoas entendem que as ameaças estão mais controladas.

São necessários o desenvolvimento e fortalecimento das organizações indígenas e não indígenas que atuam na defesa dos direitos humanos e da natureza, e que haja apoio jurídico, técnico e financeiro para se evitar novas mortes.

O fortalecimento e as mudanças na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Instituto de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio) e na Polícia Federal para atuarem na proteção dos indígenas e em seus territórios são fundamentais para mudar o atual sistema de grilagem e roubo de recursos naturais nas terras indígenas para que a Amazônia e seus povos possam viver em paz, sem o medo de serem mortos por defender seus direitos e a floresta.

Txai Surui, Coordenadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia e da Associação de Defesa Etnoambiental

Ivaneide Bandeira Cardozo, indigenista e ativista dos direitos humanos e do meio ambiente

Bitaté Uru-eu-wau-wau, presidente da Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau

Almir Narayamoga Surui, Labiway Esaga do Povo Paiter Surui

O Estado de Rondônia possui 22 Terras Indígenas regularizadas que sofrem diversos tipos de pressão antrópica, ou seja, de ações realizadas pelo homem. Destas, cinco estão sob intenso ataque de madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores e pecuaristas e sojeiros visando arrendamento.

Neste relatório trataremos apenas de duas TIs Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro, incluindo um breve relato sobre a situação de índios isolados em Rondônia.

Terra Indígena Uru-eu-wau-wau (TIUEWW)

A Terra Indígena Uru-eu-wau-wau (TIUEWW) está entre as trinta terras indígenas mais impactadas pelo desmatamento em 2022 (INPE).² A presença de grileiros em seu interior e no entorno, somada à presença de garimpeiros e madeireiros, sem o funcionamento da fiscalização da FUNAI, tem proporcionado a devastação da parte sul e norte da TI.

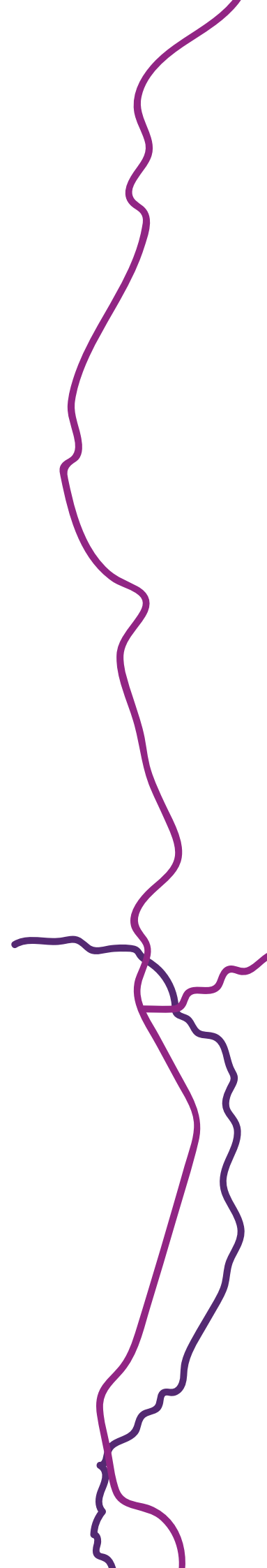
É importante também pontuar a presença de garimpeiros na TIUEWW. Em 2021, indígenas Jupaú apreenderam invasores garimpeiros adentrando a TI. Além disso, não há investigação ou processos sistemáticos de fiscalização da entrada de garimpeiros ao sul da TI, região onde o sertanista Rieli Franciscato foi morto por indígenas isolados em setembro de 2020. Conforme análise do Conselho Nacional de Direitos Humanos,³ há evidências que relacionam a morte de Franciscato à invasão de garimpeiros na área.

Localização

A Terra indígena Uru-eu-wau-wau (TIUEWW) possui aproximadamente 1.867.717,80 ha e está localizada no Estado de Rondônia em 12 municípios: Alvorada d'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé e Seringueiras (Figura 1 - Mapa TI Uru-eu-wau-wau).

² TerraBrasilis. PRODES (Desmatamento). Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 25/03/2023.

³ Recomendação Nº 04, de 12 de Março de 2021, Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n-04-de-12-de-marco-de-2021>. Acesso em 25/03/2023.



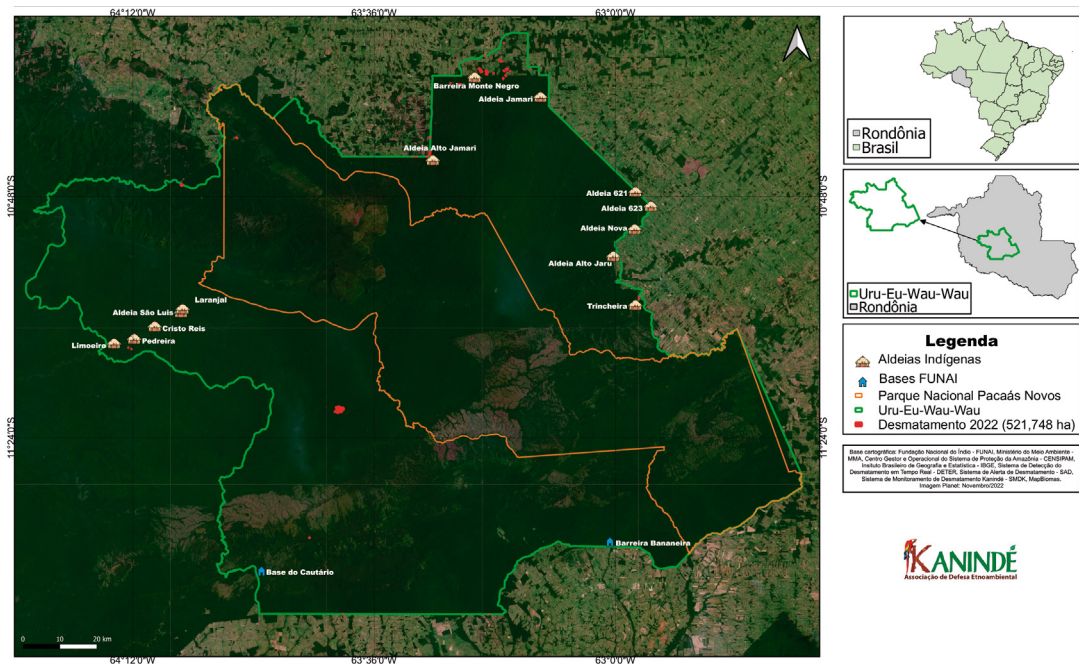


Figura 1: Mapa do Território Indígena Uru-eu-wau-wau-RO, 2022.

População e aldeias

A população da TIUEWW é de aproximadamente 362 indígenas: 123 Jupaú, 126 Amondawa, 88 Oro Towati (Oro Win), 25 Cabixi distribuídos em 10 aldeias, sendo 07 Jupaú, 01 Amondawa, 01 Cabixi e 01 Oro Towati (Oro Win) no interior da Terra Indígena (Figura 1). É importante informar que o Censo precisa ser atualizado para refletir os números atuais.

Existem 04 grupos de índios isolados cuja área de ocupação está sendo levantada. Destes, 03 estão confirmados e 01 ainda está sem confirmação e não se sabe quanto são. Como esses grupos estão sem contato com a sociedade ocidental, não há como saber qual a população desses povos.

Educação

O ensino na TIUEWW envolve apenas o ensino fundamental nas aldeias Jupaú, local onde foram construídas escolas com recursos de compensação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Infelizmente apenas as escolas da aldeia Alto Jaru e Linha 621 funcionam. As demais estão sem funcionar e os estudantes precisam se deslocar para as escolas do entorno.

O fato de existirem poucos estudantes nas aldeias Jupaú tem gerado a discussão sobre extinguir as escolas junto à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) pelo coordenador da coordenação indígena do governo. As demais escolas funcionam de forma precária. Ao terminarem o ensino fundamental e o ensino médio, os estudantes indígenas têm dificuldade de cursar o ensino superior por não terem como se manter nas cidades e nas faculdades.

Saúde e saneamento

As aldeias possuem postos de saúde, mas que não dispõem de profissionais de saúde, o que gera insegurança no atendimento e tratamento de doenças. Há uma espécie de "atendimento" dos profissionais que vão às aldeias de tempos em tempos, geralmente incluindo técnicos de enfermagem e enfermeiras.

Entretanto, o que normalmente funciona é a retirada dos indígenas da aldeia pelos carros do Polo Base Jaru para serem atendidos na Casa de Apoio à Saúde do Índio (CASAI).

Além disso, todas as aldeias têm Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAM).

Não existe saneamento básico. A situação dos banheiros e sanitários nas aldeias é lamentável, pois são insalubres para uso (Figuras 2 e 3).



Figura 2: Parte interna do banheiro. Fotografia: DSEI/Divulgação - 2022.



Figura 3: Parte externa do banheiro. Fotografia: DSEI/Divulgação - 2022.

Pandemia

A Terra Indígena Uru-eu-wau-wau foi uma das poucas terras em Rondônia que conseguiu passar os anos de pico da pandemia (2020 e 2021) sem que os indígenas fossem acometidos pela COVID-19.

Em 2022, em razão da equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Uru-eu-wau-wau não ter os cuidados necessários para conter a pandemia, estes tiveram a Base do Bananeira contaminada pelo coronavírus. Além disso, a falta de gestão apropriada fez com que os gestores enviassem servidores indígenas da FUNAI que estavam infectados para as aldeias Trincheira, Jamari, Linha 621 e Aldeia Nova, de modo que os indígenas foram contaminados, e tanto a gripe quanto a COVID-19 se espalharam nas demais aldeias.

A situação só não foi mais grave porque os indígenas estavam com a aplicação das três doses das vacinas. A quarentena das aldeias terminou em 10 de fevereiro de 2022.

Não se sabe como estão os indígenas na Base e nem se houve infecção de índios isolados, já que estes vinham aparecendo muito próximo da Base Bananeira.

O Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo a um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, determinou a criação de barreiras sanitárias para conter o avanço da COVID-19. Ao contrário do proposto, a FUNAI criou uma barreira que intitula de móvel, a qual não protege absolutamente nada, até porque, quando se desloca de um ponto para outro, deixa aquele local desprotegido. Isso ficou claro no avanço da COVID-19 nas aldeias.

Lideranças e situação de ameaças

Na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau temos várias representações, já que cada aldeia tem um líder (Tabijara). Os principais são:

1. Tari Uru-eu-wau-wau – Tabijara do povo Jupaú
2. Tari Amondawa – Tabijara do povo Amondawa
3. Waldemar Cabixi – líder da aldeia Pedreira do povo Cabixi
4. Hotor Oro win – líder do povo Oro Towati

Além da representação das lideranças tradicionais, atualmente há as lideranças jovens representadas pelas associações indígenas.

Na TIUEWW temos as seguintes associações representativas:

1. Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau/Jupaú – presidente Bitate Uru-eu-wau-wau e a Tesoureira Tejub Uru-

-eu-wau-wau, que tem liderança muito forte junto ao povo Jupaú.

2. Associação do Povo Indígena Amondawa – presidente Tambura Amondawa.

Os Jupaú desenvolvem vários projetos com diversas parcerias, e em todos eles estão presentes o monitoramento e as ações de vigilância. Eles têm atuado de forma muito firme na defesa do seu território. Nesse sentido criaram um grupo de Guardiões da Floresta que têm mantido o monitoramento da Terra Indígena utilizando apenas arco e flecha, expulsando os invasores e fazendo inúmeras denúncias no Ministério Público Federal (MPF), FUNAI, PF, IBAMA e ICMBio. Isto tem deixado em perigo a vida dessas pessoas. A maioria das lideranças Jupaú, tanto homens como mulheres, estão ameaçadas de morte pelos invasores que vivem no entorno da terra indígena.

Em 2020 foi assassinado um grande líder Ari Uru-eu-wau-wau que era um Guardião da Floresta, e acredita-se que isso ocorreu devido ao seu trabalho na defesa da terra.

Nas ações da cadeia produtiva tem se desenvolvido o Sistema Agroflorestal (SAF) e seus roçados não utilizam nenhum tipo de agrotóxico.

Os Amondawa são mais ligados à FUNAI, e não atuam na proteção da terra. Eles têm uma grande produção agrícola na qual usam agrotóxicos, muito incentivados pela FUNAI.

As demais aldeias dos Cabixi e Oro Towati têm pequenos roçados e vivem mais da caça e pesca, além de benefícios governamentais com salários de professores, auxílio emergencial e pequenas produções e vendas de artesanatos. Não atuam na defesa do território. Como ficam mais na parte da TIEUWW cujos limites são os rios, eles têm sofrido pouca pressão de invasores.

Desmatamento

As situações de pressão sobre a Terra Indígena Uru-eu-wau-wau se agravaram entre 2018 e 2021. Tivemos um aumento da grilagem na região do Rio Floresta e Jamari e Burareiro onde a Base Bananeira II da FUNAI, que se encontra abandonada, serve de apoio aos invasores da TI.

O avanço das invasões e do desmatamento próximo à aldeia Jamari proporcionado pela falta de fiscalização na região de Burareiro, sob litígio, tem colocado a vida dos indígenas em risco. No período entre 01 de janeiro e a primeira semana de fevereiro de 2022 os grileiros aumentaram a área desmatada na região da Cachoeira Sete Tombos, no Rio Jamari, chegando próximo à aldeia indígena Jamari e colocando os indígenas em alerta e tensão.

Reativação da Barreira II

A Barreira II tem sido um dos principais locais por onde entram os invasores, em especial os grileiros (Figura 4). No dia 17 de junho de 2022 os indígenas Jupaú liderados pela Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau/Jupaú, em parceria com Kanindé e Frente de Proteção Etnoambiental Uru-eu-wau-wau (FPEU), reativaram a Barreira e estão mantendo uma equipe de vigilância indígena com servidores da FUNAI, que estão fazendo a limpeza, organizando o espaço e monitorando ao redor.

A proposta é manter uma equipe permanente que possa, inclusive, ter policiamento, mas a FUNAI tem encontrado dificuldades para pagar as diárias dos policiais, alegando que a Coordenação Regional (CR) FUNAI/Ji-Paraná não atende às solicitações feitas pela FPEU.

Manter a Barreira funcionando significa estancar um dos principais locais utilizados pelos invasores.



Figura 4: Barreira II. Fotografia: Bitaté Uru-eu-wau-wau - 2022.

Índios isolados

Na região próxima à aldeia Linha 623, onde os indígenas coletam castanhas, Arikan Uru-eu-wau-wau e seu grupo localizaram vestígios de índios isolados que ele denomina de “Baixinhos”. A região vive sob ataque de grileiros e madeireiros que desmatam, roubam castanhas e colocam em risco a vida dos contatados e dos isolados.

A Frente de Proteção Etnoambiental Uru-eu-wau-wau (FPEU), informada pela Kanindé e Jupaú das pressões que estavam ocorrendo nessa região, enviou uma equipe de servidores indígenas sem policiamento para verificar o desmatamento e a grilagem, que já tinham informações do ocorrido. De maneira que a equipe não conseguiu fazer nada a não ser confirmar o que havia sido repassado. Enquanto isso, os grileiros estão colocando cercas na área.

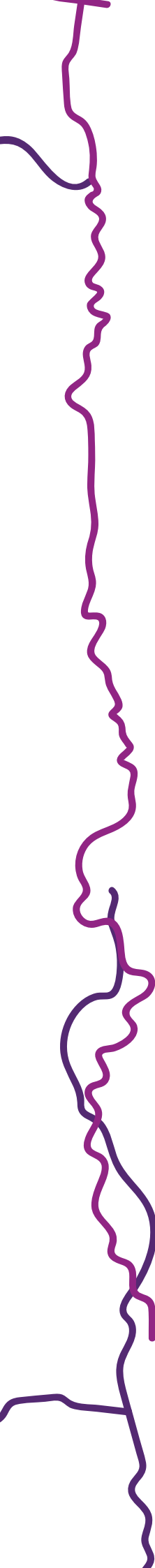
As informações sobre a presença dos isolados não foram verificadas. Diante das pressões que vem sofrendo a TIUEWW, a FUNAI abriu concurso público para contratação de equipe para a Frente de Proteção com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos (Edital nº FUNAI/8-PSS/2021/SEAGAP/DAGES-FUNAI). Foram contratados 39 servidores:

- 02 chefes de Proteção Etnoambiental;
- 03 Supervisores para ficar na sede em Ji-Paraná;
- 04 Chefes dos Agentes de Proteção na Base Cautário;
- 10 agentes de proteção na Base Bananeira;
- 20 agentes de Proteção na Base Cautário.

O que se observa é a falta de gestão e planejamento, pois, apesar do aumento no efetivo, essas equipes se concentram nas duas bases, deixando todo o restante da terra indígena desprotegida. Além disso, atribuímos as dificuldades a uma briga interna com a Coordenação Regional de Ji-Paraná, que argumenta o fato de que a Frente está com o Coordenador Técnico Local (CTL), situação que fragiliza a proteção e o apoio às atividades produtivas. O CTL alocado em Governador Jorge Teixeira para atender as 6 aldeias dos Jupaú tem ficado na Base Bananeira, ao sul da TI, deixando os indígenas desassistidos e desprotegidos.

A Barreira II, região foco de invasões, se encontra desativada e servindo de apoio aos invasores.

Embora essas equipes tenham sido contratadas para atender à Frente de Proteção, os índios isolados ocupam várias partes do território, e as invasões em diversas regiões colocam em perigo a vida dos índios isolados e dos contatados.



Os índios isolados passaram desde o começo de junho de 2022 a andar próximo à aldeia Linha 623, o que se acredita que tenha a ver com as invasões na região do Alto Jamari. A Frente de Proteção Etnoambiental Uru-eu-wau-wau e a Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIRC) foram alertadas do que estava acontecendo em reunião realizada na aldeia no dia 03 de junho de 2022.

Terra Indígena Sete de Setembro (TISS)

A TI Sete de Setembro (TISS) é demarcada e homologada. Nela vive o povo Paiter Suruí, com quatro clãs distintos: Gameb, Gamir, Makor e Kaban. Estes estão distribuídos em 30 aldeias nos limites da Terra Indígena.

Inserida no chamado “arco do desmatamento” na Amazônia legal brasileira, a TI tem em seu entorno propriedades rurais consolidadas que demandam novas áreas de floresta para atividades agrícolas e que aliciam indígenas para aluguel de pastagem e plantio agrícola. Além dos problemas citados há invasões, com facilitação, de garimpeiros e madeireiros em seu interior.

População e aldeia

Atualmente o povo Paiter Suruí se distribui em 30 aldeias dentro de um território de aproximadamente 248 mil ha entre a região centro-leste do estado de Rondônia, municípios de Cacoal e Espigão D'Oeste, e o noroeste do Estado do Mato Grosso, município de Rondolândia, com uma população de aproximadamente 2.000 indígenas.

Educação

O ensino na Terra Indígena Sete de Setembro vai do fundamental ao ensino médio. As aulas são ministradas por professores indígenas e não indígenas.

Falantes do tupi mondé, dentro da TI os Paiter Suruí só falam entre si usando a língua materna. Quando há pessoas de fora, falam em português e mondé.

Estão há mais de 6 anos tentando criar a Universidade Paiter Suruí, e realizaram uma parceria com a Universidade de Campinas (UNICAMP), que vem ajudando a montar a grade curricular.

Os indígenas têm uma série de reivindicações principalmente para manutenção com bolsa para os Paiter Suruí que cursam o ensino superior e não têm como se manter na cidade.

Saúde e pandemia

A saúde é atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena e pela Casa de Atenção à Saúde Indígena (CASAI), todos instalados em Cacoal. Os indígenas passam por triagem e são atendidos pelo Serviço Único de Saúde (SUS). Em algumas aldeias existem Unidades Básicas de Saúde (UBS), que não passam de pequenas construções, quase sem medicamentos e equipamentos.

Nas aldeias há Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento Básico (AISAN), mas não há profissionais de saúde, como médicas, enfermeiras e dentistas. O que existem são equipes classificadas como equipes móveis que atuam fazendo atendimento, porém sem regularidade.

Se o indígena adoecer geralmente é encaminhado para Cacoal para ser atendido nos hospitais e postos de saúde.

Durante a pandemia de COVID-19, os Paiter Suruí foram os que presenciaram o maior número de vítimas fatais em Rondônia, com 5 óbitos.

Atividades ilegais

Garimpo

O garimpo nos Paiter Suruí tem mais de 10 anos e conta com a omissão e algumas vezes com a participação da FUNAI.⁴

Este garimpo é uma continuidade do garimpo no interior da TI Aripuanã. Com o envolvimento de alguns líderes indígenas a situação vem se agravando, e de 2018 a 2022 os danos socioambientais têm se acentuado (Figura 5).

4 “Servidor da Funai preso em operação por envolvimento em garimpo ilegal avisava cacique sobre operações em terra indígena em MT, diz PF”, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/03/21/servidor-da-funai-presos-em-operacao-por-envolvimento-em-garimpo-ilegal-avisava-cacique-sobre-operacoes-em-terra-indigena-em-mt-diz-pf.ghtml>. Acesso em 20/04/2022.

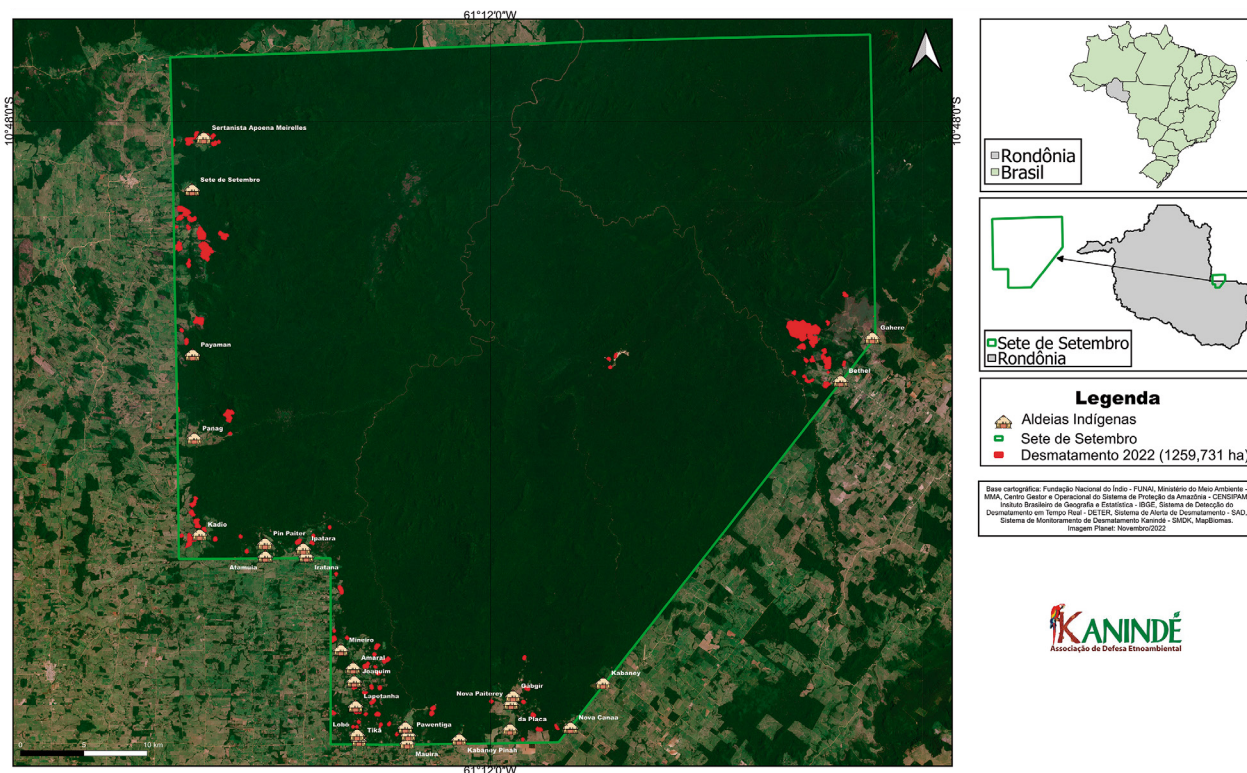


Figura 5: Desmatamento do Território Indígena Sete de Setembro, Kanindé - 2022.

Roubo de madeira

O roubo de madeira na Terra Indígena Sete de Setembro é uma atividade que ocorre desde os primeiros contratos ilegais.

Em 1988 os indígenas criaram a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí para combater, retirar os madeireiros e tentar romper com o aliciamento de lideranças. Também desenvolveram um projeto de reflorestamento para recompor as áreas desmatadas.

Entre 2018 e 2022, com a omissão e conivência da FUNAI e com as atividades ilegais, infelizmente houve um aumento do desmatamento, que avança sobre o território gerando conflito entre os indígenas que são contra o roubo de madeira e os que foram aliciados por madeireiros.

Arrendamento da Terra Indígena Sete de Setembro

Alguns líderes indígenas têm se deixado aliciar por fazendeiros, cujas propriedades ficam no limite da TISS. Estes arrendam parte da terra, os fazendeiros desmatam e colocam gado, e, embora pareça que o gado pertence ao indígena, na verdade o dono é o fazendeiro, e dessa forma a fiscalização não consegue chegar até o fazendeiro, que deixa de tirar licença ambiental para desmatar e queimar. Quando o solo fica exaurido, o fazendeiro retira o gado e aluga outra parte. Assim, os danos ambientais vão se estendendo pelo território.

Esses conflitos têm colocado em risco os indígenas que lutam para

impedir a entrada de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. Os líderes indígenas Almir Narayamoga Suruí, Txai Suruí e Neidinha Suruí têm recebido ameaças por denunciarem essa situação (Figura 6).



Figura 6: Txai Suruí. COP 26. Fotografia: Gabriel Uchida - 2021.

As ameaças chegam em conversas, por exemplo, dizendo que é melhor não mexer com isso, porque vai trazer confusão, que os fazendeiros podem tomar atitudes que podem causar problemas para a vida dos ativistas, entre outras falas. Como essas ameaças vêm através dos próprios indígenas, os ativistas preferem não fazer a denúncia, mas tratar isto com os próprios indígenas mostrando o quanto está sendo prejudicial para eles este tipo de ação.

Missões religiosas fundamentalistas

A influência de religiões fundamentalistas, como a das igrejas Assembleia de Deus, Adventistas e Batista, tem promovido a destruição da cultura do povo Paiter Suruí, principalmente no que se refere à pajelança. Os pajés têm desaparecido porque lhes foi imputado pelos pastores uma ligação com o maligno, o inferno e a perda da alma.

Essas religiões também têm causado conflito entre os indígenas e influenciado para que eles se envolvam com atividades ilegais, já que para estes o lucro é como se tivesse uma ligação com o Deus não indígena.

Esse é um tema tão delicado que os próprios líderes indígenas que discordam da presença dos pastores e de seus atos evitam discuti-lo para não gerar mais conflitos.

Talvez essa seja uma das maiores ameaças à preservação da cultura Paiter Suruí.

Organização política

Em 2010 os Paiter Suruí se reorganizaram politicamente e criaram um novo tipo de governança baseada no sistema de clãs e no modelo da democracia brasileira, criando o Parlamento Paiter Suruí. Esse Parlamento mantém as linhagens dos clãs com seus labiway (líderes) e seu Labiway Esaga (líder maior) e representação por zonas, segundo a qual cada zona tem a representação de uma liderança por região.

A forma de escolha do Labiway Esaga, que figura como uma espécie de Presidente, passou a ser pelo voto direto, com campanha eleitoral e votação em urnas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

A escolha dos labiway-ey se dá na forma tradicional com cada aldeia escolhendo sua liderança para compor o Parlamento dentro de cada zona.

Atualmente o Labiway Esaga é Almir Narayamoga Suruí, que desde 2012 vem sofrendo ameaças de morte por ser contra o garimpo e o roubo de madeira na terra indígena Sete de Setembro.

Almir Suruí vem tentando unir o povo em prol das pautas ambiental e cultural. Isto vai levar tempo para acontecer, mas a situação começa a apresentar melhoras, com o envolvimento de alguns líderes que estão deixando o envolvimento com o ilícito e apoiando o Labiway Esaga.

Defensores que sofrem ameaças

O clã Gameb vem lutando para tirar os invasores da Terra Indígena. Suas principais lideranças ameaçadas são:

1. Mopiry Suruí
2. Agamenon Suruí
3. Gasodá Suruí
4. Almir Narayamoga Suruí
5. Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí
6. Neidinha Suruí

Esses defensores não possuem condições financeiras para fazerem sua proteção e de suas famílias, vivem em constante perigo, sem ter como se protegerem, o que é uma temeridade, haja vista o que ocorreu com Ari Uru-eu-wau-wau, Bruno Pereira e Dom Philips.⁵

Desprotegidos, psicologicamente abalados, mas resistindo, se negam a deixar o ativismo, por acreditarem que podem colaborar para salvar os povos indígenas e a floresta.

Os que atacam os povos indígenas em Rondônia

- Garimpeiros;
- Empresários, principalmente os de Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste;
- Fazendeiros, principalmente os que estão ao longo do limite da TI na Linha 9, linha 7, Linha 8, Linha 14 e Rondolândia promovendo arrendamento da TI.

⁵ “‘Foi assassinato, não foi acidente’, diz família de Ari Uru-eu-wau-wau, morto em Rondônia”, Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/foi-assassinato-nao-foi-acidente-diz-familia-de-ari-Uru-eu-wau-wau-morto-em-rondonia/>. Acesso em: 25/03/2023; “A perda de Bruno Pereira e Dom Phillips evidencia o desmonte da política indigenista durante governo Bolsonaro”, Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/a-perda-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-evidencia-o-desmonte-da-politica-indigenista-durante-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 25/03/2023.

Reflorestamento

O reflorestamento teve início em 2003 com apoio da Kanindé, que dispunha de recursos da United States Agency for International Development (USAID).⁶

Em 2010, foi conseguido o apoio da Aquaverd (Organização Suíça) em parceria com a Metareilá e Kanindé, com recursos utilizados para construção de viveiros e reflorestamento de áreas de outras aldeias (Figura 7).



Figura 7. Reflorestamento. Fotografia: Kanindé/ Divulgação - 2022.

O projeto de reflorestamento, que a partir de 2010 passou a se chamar Pamine, com o objetivo de combater o desmatamento e recuperar áreas degradadas, atualmente tem também sido utilizado para visita de turistas, para mostrar como os Paiter Suruí desenvolveram a técnica e recuperaram as áreas.

Foram plantadas aproximadamente um milhão de mudas de 17 espécies diferentes, e os Paiter Suruí continuam plantando e gerando ren-

⁶ A dissertação de Chicoepab Surui, "Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia?" traz informações e análises equivocadas, citando a USAID sem mencionar que os recursos faziam parte do Projeto da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e excluindo em suas análises o efeito das religiões fundamentalistas nas mudanças culturais. Talvez isto se deva pelo autor ter se formado em teologia e ficado muito tempo afastado do seu povo.

da com esta atividade, que agora faz parte do turismo que vem sendo desenvolvido.

Eleições 2022 e as terras indígenas

Os discursos do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, causaram o aumento da pressão e invasão nas Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau e Sete de Setembro, bem como das ameaças à vida dos seus defensores.

No período em que ocorreram as propagandas eleitorais, essa situação piorou, já que as campanhas foram feitas com o discurso de liberação do garimpeiro, arrendamento e liberação da madeira nos territórios, bem como diminuição das áreas indígenas.

O movimento indígena decidiu nas eleições de 2022 lançar candidaturas próprias, e em Rondônia apoiaram a candidatura de Almir Suruí pelo PDT e de Leonice Tupari pela Rede, na esperança de que essa seria a melhor forma de ter representantes de seus interesses no Congresso Nacional.

No entanto, esses indígenas não dispõem de recursos financeiros para concorrer de forma igual com outros partidos que têm recursos e cujos candidatos já estão há muito tempo na política e com o apoio do agronegócio, do empresariado e do governo. Porém, acreditam que é uma forma de a sociedade conhecer suas propostas e causar mudanças nas próximas eleições.

Vale salientar que o agronegócio apoiou a candidatura da indígena Abigail Tupari, que é aliada a seus propósitos.

Referências

Ana Késia Gomes, "Morte do indígena Ari Uru-eu-wau-wau completa dois anos e parentes cobram Justiça em RO". Disponível em <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/04/18/morte-do-indigena-ari-Uru-eu-wau-wau-completa-dois-anos-e-parentes-cobram-justica-em-ro.ghtml>. Acesso em: 01/06/2022.

Chicoepab Suruí, "Reflorestamento da terra indígena sete de setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia?". Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b257956ad157051248cd236c17cca02c. Acesso em: 10/06/2022.

Fabio Diniz, "Indígenas denunciam desmatamento e criação de gado na TI Uru-eu-wau-wau em Rondônia". Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/06/07/indigenas-denunciam-desmatamento-e-criacao-de-gado-na-ti-Uru-eu-wau-wau-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 20/06/2022.

Israel Correa do Vale Junior, "O Manejo de fauna Paiter Suruí: traços culturais que influenciam a caça de subsistência na Terra Indígena Sete de Setembro (Paiterey Garah)" (Porto Velho: ECAM, 2020).

Ivaneide Bandeira Cardozo e Thamyres Mesquita Ribeiro, "Áreas Protegidas de Rondônia em Perigo. A luta dos povos da floresta na defesa dos seus direitos". Comissão Pastoral da Terra CPT/RO, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Brasília: ECAM, 2021).

Jaíne Quele Cruz, "TI Uru-eu-wau-wau foi a que mais sofreu ameaça de desmatamento na Amazônia Legal em 2021". Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2022/04/20/ti-Uru-eu-wau-wau-foi-a-que-mais-sofreu-ameaca-de-desmatamento-na-amazonia-legal-em-2021.ghtml>. Acesso em: 20/06/2022.

Jane Felipe Beltrão e Paula Lacerda, "Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira" (Brasília: ABA Publicações, 2022).

Situação territorial do Povo Arara: Terra Indígena Cachoeira Seca

Daniel Lopes Faggiano
Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca - KOWIT
Instituto Maíra

Carta do povo Arara para o mundo

Aldeia Iriri, Terra Indígena Cachoeira Seca⁷

Pará/Brasil

17 de novembro de 2020.

Nós indígenas Arara do Rio Iriri estamos cansados de ser enganados pela Norte Energia. Queremos respeito! Desde a chegada da Usina de Belo Monte nossa situação só piorou. Nosso território se transformou no balcão de negócios do mundo. Nossa floresta está sofrendo muito. Cada dia que passa escutamos mais barulho das motosserras comendo o nosso território. Nosso rio está cada dia mais triste e fraco. Isso não é normal. Estamos sendo atacados por todos os lados. Nunca passamos tanta necessidade. Estamos muito preocupados com o futuro de nossos filhos e netos. Até quando a Norte Energia vai continuar nos enganando? Por que até hoje não foi realizada a desintrusão de nossa terra indígena Cachoeira Seca? Pedimos a todos que nos ajudem a construir uma grande campanha pela defesa do nosso território.

O povo Arara nunca vai abandonar seu território. Nossos guerreiros não vão permitir que a nossa floresta seja destruída. Juntos vamos proteger nosso Rio Iriri.

Timbektodem Arara, Presidente da Associação KOWIT do Povo Arara

Mobu Odo Arara, Cacique da TI Cachoeira Seca

⁷ Editado para clareza. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-barragem-de-belo-monte-maquagem-verde-contestada/>. Acesso em: 25/03/2023.

17 11 2020

D S T Q Q S S

Carta do Povo Arara para o mundo
Nós Indígenas Arara do Rio Iriri estamos
consados de ser enganados pela a parte
Energia. Queremos respeito! Desde a chegada
da usina de Belomonte, nossa situação só piorou
nesso território se transformou na boção de
negócio do mundo. Nossa floresta está sendo
muito. Cada dia que passa escutamos mais
barulho dos motos serras comendo o nosso
território. Nosso rio está cada dia mais triste
e seco. Isso não é normal. Estamos sendo
atacados por todos os lados. nunca fomos tanta
necessidade. Estamos muito preocupados com
futuro dos nossos filhos e netos. até quando
a norte Energia vai continuar nos enganando
por que até hoje não foi realizada a desintru-
são da nossa terra Indígena Racheira seca
pedimos a todos que nos ajudem a construir
uma grande campanha pela defesa do nosso
território.

O povo Arara nunca vai abandonar nossos
territórios. nossos guerreiros não vão permitir
que a nossa floresta seja destruída.
juntos vamos proteger nosso rio Iriri.

Tuukhteduy Arara Presidente da associ-
ação Koruit do povo Arara

Importante

Reunião

Planejamento

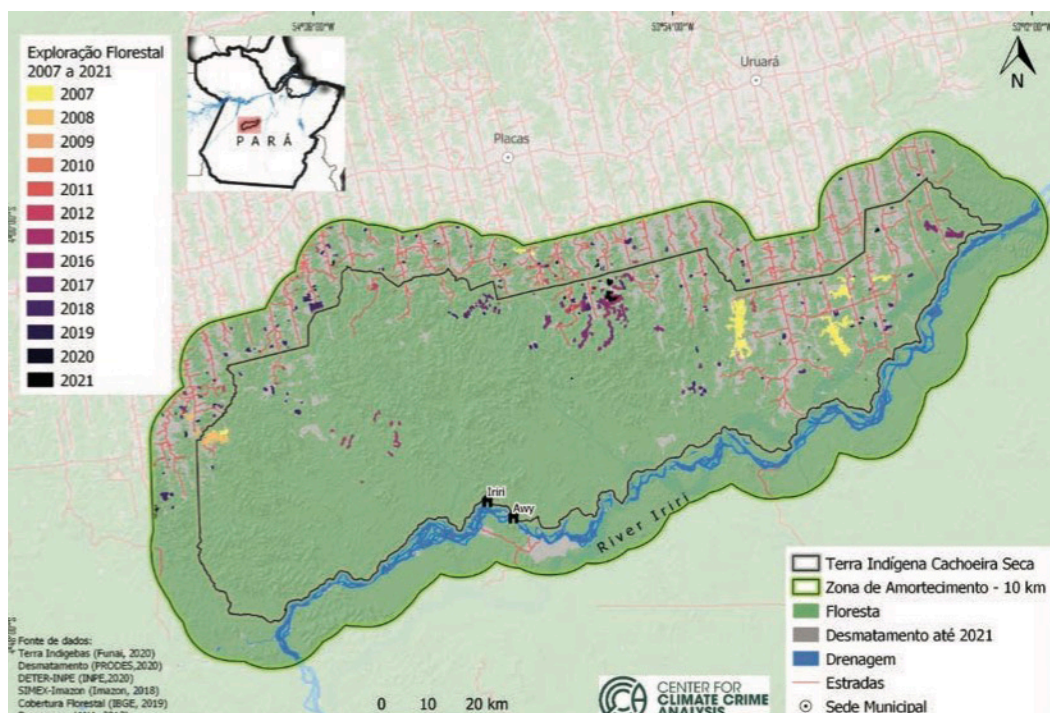
Outros Assuntos

Milbu Odo Arara

Kacique

Terra Indígena Cachoeira Seca

Localizada no oeste do Pará, entre os rios Iriri e Xingu, o território Arara é marcado por intensos conflitos socioambientais que fazem do Pará um dos estados mais violentos do mundo para os defensores da vida e do meio ambiente.



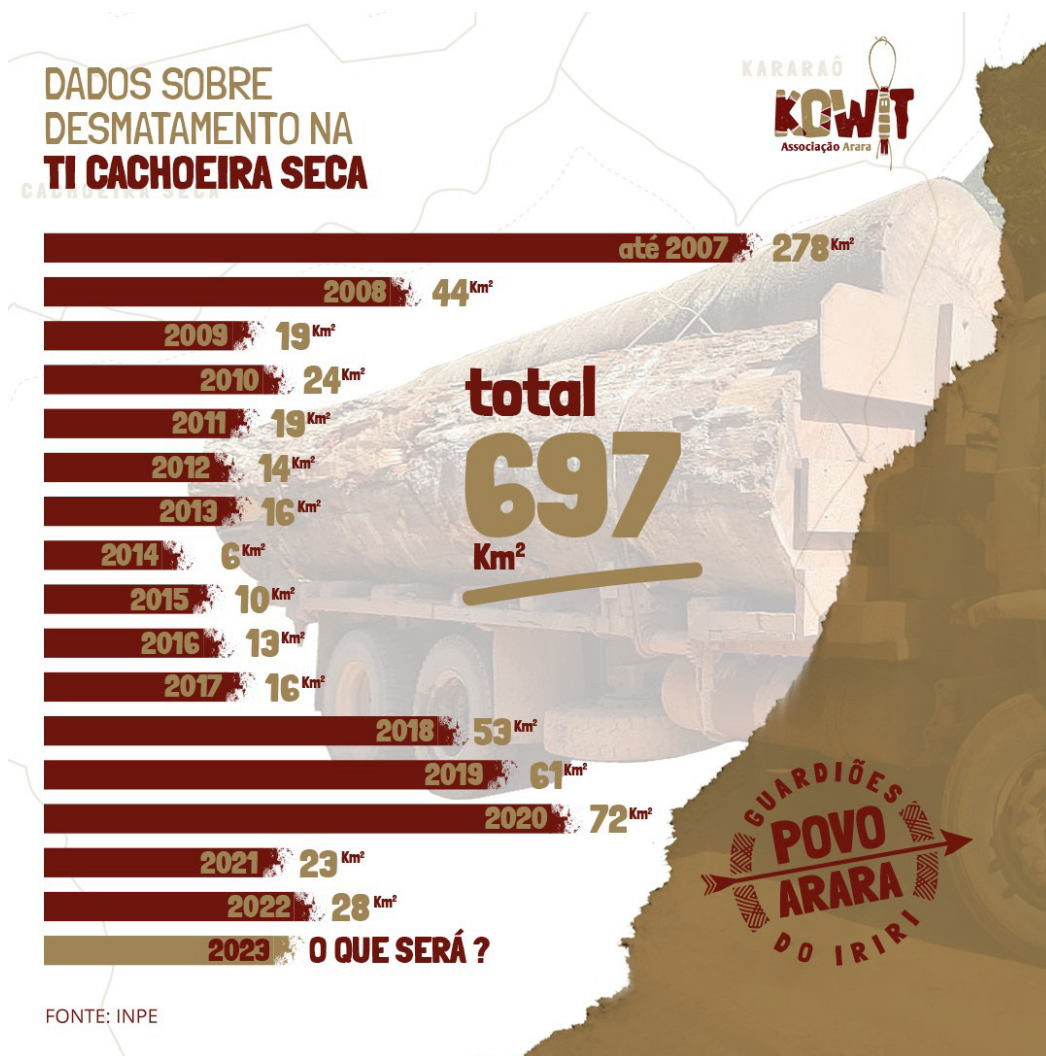
O histórico de violações de direitos vem desde a década de 1970 com a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230),⁸ que cortou o território Arara ao meio. Posteriormente, impactada pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a área vem sendo sistematicamente saqueada por madeireiros, grileiros, grandes fazendeiros e outros invasores. Nesse sentido, a mineração representa outra ameaça aos Arara.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Amazon Watch, “o Projeto Volta Grande é um empreendimento da Belo Sun Mineração, subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corp, que busca se instalar no município de Senador José Porfírio, no estado do Pará. Caso seja implementado, o projeto Volta Grande será a maior exploração de ouro a céu aberto do Brasil – e o golpe final à região da Volta Grande do Xingu no estado do Pará, já atingida pela hidrelétrica de Belo Monte. [...] A implantação do projeto Volta Grande pode significar a morte do Rio Xingu, o ecocídio de uma região vital para a vida na Terra. Os impactos socioambientais diretos e indiretos do projeto Volta Grande recaem, sobretudo, sobre as centenas de ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores e comunidades indígenas

⁸ Cerca de 30 anos depois, as novas obras de asfaltamento da Transamazônica seguem desrespeitando o direito do povo Arara e se negando a realizar a consulta LPI. A maior parte dela ainda não é asfaltada.

que vivem na região. Além dos Juruna, Arara e Xikrin, a Volta Grande abriga muitos povos indígenas e diversas comunidades ribeirinhas e tradicionais. Apesar do estágio avançado do licenciamento do projeto, a maior parte dessas comunidades não foi devidamente consultada.”⁹

Apesar de ter sido homologada em abril de 2016 com 734 mil ha de extensão territorial, o poder público nunca realizou a retirada das mais de 1.200 famílias não indígenas que vivem dentro do território Arara. Situação que piora a cada dia.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de perda da floresta da TI Cachoeira Seca vem crescendo vertiginosamente nos últimos seis anos. A série, que levanta os números desde 2008, mostra que, no ano de 2014, foram desmatados 5,8 km² de área. Já em 2017 o desmatamento chegou a 15,9 km² e em 2018, passou de 50 km², um aumento de 260%. Em 2020, a TI perdeu 72,4 km² de floresta para o desmatamento ilegal. Entre 2008 e 2020, o território Arara perdeu um total de 367,9 km² de floresta.

9 "Cumplicidade na destruição", Co-autoria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Amazon Watch, 2021. Disponível em: <https://cumplicidadedestruicao.org/belo-sun>. Acesso em 25/03/2023.

Organização política

A Associação KOWIT foi criada em 2017 para defender os interesses do povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. O nome da Associação é uma homenagem a Kowit, um grande guerreiro assassinado, para que o povo nunca se esqueça de sua coragem, determinação, vontade, cultura e ancestralidade.

Atualmente a associação representa duas aldeias: Iriri e Awey. Em 2019, por conta da crescente invasão e violação territorial do povo Arara, a Associação definiu a questão dos direitos territoriais como prioridade máxima. Ficou definido no planejamento estratégico levar as respectivas denúncias para o cenário internacional.

Em suas atividades, a Associação KOWIT tem fortalecido a cultura do povo Arara e se organizado e se articulado na defesa territorial, por exemplo, executando projetos de gestão do território ambiental. Hoje a Associação conta com assessoria técnica especializada de um advogado e de um indigenista e está articulada em rede com outros parceiros e aliados.

Em 2020 a Associação lançou a Campanha Guardiões do Iriri em parceria com o Instituto Maíra como forma de centralizar e mobilizar todas as ações e esforços da KOWIT e de seus aliados. O nome dado à campanha remete à definição das Nações Unidas de que os principais guardiões do meio ambiente, de forma comprovada cientificamente, são os povos indígenas.

Para seguir e acompanhar a Campanha Guardiões do Iriri:

- Website¹⁰
- Petição Civil Pública¹¹
- Instagram¹²
- YouTube¹³

10 Disponível em: <http://guardioesdoiriri.org.br>. Acesso em: 25/03/2023.

11 Disponível em: https://www.change.org/p/presidente-da-republica-federativa-do-brasil--um-pacto-de-paz-pela-proteção-da-vida-e-preservação-da-terra-ind%C3%ADgena-cachoeira-seca-pa?recruiter=657239351&recruited_by_id=oba57d90-cdoe-11e6-89ff-477da6f4b2f8&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink&utm_campaign=psf_combo_share_abi. Acesso em: 25/03/2023.

12 Disponível em: <https://www.instagram.com/guardioesdoiriri/>. Acesso em: 25/03/2023.

13 Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxqUiZDKynOvoqEqaNWHLPg>. Acesso em: 25/03/2023.

Desmatamento e Atividades ilegais

As principais atividades ilegais na terra indígena Cachoeira Seca são a extração de madeira (desmatamento, roubo e comércio), e logo depois, o gado ilegal. Cachoeira Seca tem estado sempre entre as três terras indígenas mais desmatadas do Brasil, ao menos nos últimos cinco anos.

"Vítima de sua própria riqueza, o território indígena perdeu mais de 28 mil campos de futebol de vegetação apenas entre 2017 e 2020. O desmatamento é evidente em imagens e números. Cachoeira Seca vem sendo desmatada desde 2008 e o ritmo aumentou nos últimos anos."¹⁴

Por se tratar de uma terra de cerca de 734 mil ha, é difícil perceber o impacto em toda a sua dimensão. Assim como no caso da crise climática, isso se torna perceptível ao longo do tempo. Em termos gerais, o impacto desse desmatamento é a diminuição da caça, mais poluição do rio e diminuição dos peixes. As grandes árvores castanheiras e a maioria dos ipês foram derrubadas.



Fotografia: Instituto Maíra/Divulgação - 2022.

Como consequência, os indígenas não se sentem mais à vontade para fazer caçadas distantes, para se afastarem da aldeia – dentro do território, mas longe da aldeia. Isso porque, ao fazer acampamento no mato, é possível escutar motosserras se aproximando de madrugada. Dessa forma, o uso do próprio território começa a ser restringido por medo de se deparar com um madeireiro ou algum invasor na terra deles.

¹⁴ Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/g1-15-anos/2021/amazonia-meio-ambiente-devastacao/>. Acesso em: fevereiro de 2023.

É preciso mencionar, ainda, os mais de três mil não indígenas que vivem no território de maneira ilegal. A Vila Maribel foi criada antes da demarcação do território indígena pelo INCRA a serviço de uma madeireira. A demarcação ocorreu depois, mas sem a desintrusão. Ou seja, a madeireira saiu, mas as pessoas ficaram.

No entanto, a maioria das pessoas que foram lá no passado, que eram de boa-fé e teriam certo direito, não aguentaram: não existe nenhuma estrutura, nenhum apoio do governo, e algumas pessoas começam a comprar e juntar lotes. Aquelas pessoas de boa-fé contam com o apoio do povo Arara para que todos os seus direitos sejam integralmente respeitados durante todo o processo de desintrusão.

Por isso, a invasão territorial e o loteamento clandestino são atividades ilegais que persistem na Ti Cachoeira Seca, a ponto de a empresa Equatorial Energia fornecer energia para os não indígenas que vivem de maneira ilegal ali dentro. "Segundo o MPF, a distribuidora prosseguiu com as obras de três estruturas em terras indígenas mesmo após negativas do IBAMA e da FUNAI durante o processo de autorização para construção."¹⁵ Além disso, existem mais de vinte pedidos de estudo de prospecção de ouro no entorno da TI, indicando uma nova frente que demandará o devido enfrentamento em proteção ao território e às suas populações.



Fotografia: Milton Guran.

¹⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/mpf-denuncia-e-quatorial-para-por-distribuicao-ilegal-de-energia-em-terra-indigena.shtml>. Acesso em: fevereiro de 2023.

Lideranças e situações de ameaça

As lideranças do povo Arara são ameaçadas de forma constante. Porém, essa não é uma conjuntura pontual e muito menos recente. Ao longo da história, casos emblemáticos de violência e extermínio marcaram o povo Arara, como o assassinato de duas importantes lideranças indígenas, o guerreiro Kowit e o Karaya Arara.

Kowit foi um grande guerreiro Arara, muito destemido e poderoso, que defendeu o território de seu povo com muita coragem e inteligência. A história de Kowit é interrompida quando, numa data indeterminada, ele cai em uma emboscada armada por não indígenas que o esquartejam e espalham seu corpo pela floresta para amedrontar o povo Arara.

Já no caso de Karaya Arara, segundo documentação sobre o caso, em maio de 2000 seu corpo foi encontrado boiando no rio Iriri, em Altamira, após dias desaparecido. À época, as suspeitas de assassinato já indicavam que a autoria do crime estava relacionada à atuação de pescadores que atuavam de forma ilegal e violenta no território. Essa atuação criminosa representava uma constante ameaça à segurança e à própria subsistência do povo Arara. Assim como no caso de Kowit, a responsabilização por esse crime hediondo até hoje permanece inconclusa e sem a devida responsabilização pela justiça, o que reforça a impunidade e a insegurança a que são expostos os Arara desde longa data.

Além de todas essas atrocidades, é importante destacar a intersecção das ameaças com o recorte da violência de gênero. Situações de agressões e assédio têm sido historicamente vivenciadas pelas mulheres Arara. Por mais que sejam guerreiras e lutem por valorização, reconhecimento e respeito, os impactos negativos das violências relatadas caem com intensidade ainda maior sobre elas.

No total, são aproximadamente cem indígenas e mais de três mil não indígenas vivendo dentro do território Arara ilegalmente. Para acessar a aldeia, o porto mais próximo é a vila dos não indígenas que vivem ilegalmente dentro do território indígena. Isso representa um barril de pólvora cujo manejo exige muita diplomacia. Somando-se ao fato de o estado do Pará ser o lugar que mais mata ativistas no Brasil,¹⁶ isso gera insegurança de andar na cidade à noite, de andar sozinho, de entrar e sair da aldeia.

Na prática, as ameaças não são diretas ou literais. O que existe é um assédio constante de madeireiros, políticos e outras pessoas dizendo

16 Global Witness (2022). Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/#accounting-over-half-2021-attacks-mexico-colombia-and-brazil>. Acesso em 25/03/2023.

“não faz isso, não faz aquilo, libera a madeira”. Por outro lado, essa situação exige uma diplomacia com os não indígenas para eles não acharem que a intenção é tirá-los de lá. Isso porque a defesa territorial da TI Cachoeira Seca é uma obrigação constitucional da qual o Estado, que, mediante suas instituições públicas, tem a obrigação de preservar e proteger integralmente o território Arara.

Ainda, esse assédio pode ocorrer na forma de ligações para o cacique, oferecendo jantares e presentes. “É melhor você aceitar isso aqui, porque eu vou fazer isso”, o que gera um impasse: aceitar pode significar compactuar; negar pode significar ganhar um inimigo.

Saúde e pandemia

Atualmente, há uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na aldeia. Em comparação com o resto do Brasil, essa UBS é relativamente estruturada, com a presença esporádica de uma enfermeira no local e às vezes com falta de um ou outro medicamento. Nesse contexto, atualmente o povo Arara conta com duas indígenas formadas como técnicas de enfermagem.

Já no contexto da pandemia de COVID-19, os Arara foram completamente abandonados. O governo Bolsonaro enviou caixas e caixas de cloroquina para eles tomarem, o que só não ocorreu porque um ancião Arara sonhou que não era para tomarem o remédio e eles mandaram todas as caixas de volta.

Segundo depoimento de um indígena Arara à organização Survival em junho de 2020, "Nós estamos muito preocupados. No posto de saúde [próximo da aldeia] não tem remédio, não tem respirador. A gente queria um respirador para esse posto para não ter que ir à cidade. A aldeia fica a 3 dias de distância da cidade, onde tem o hospital. Estamos pedindo proteção com esses casos de coronavírus. Aumentou muito [o número de invasores] porque está tudo muito parado [a fiscalização]. Com essa paralisação estão tirando madeira, muita madeira mesmo. O governo não está fiscalizando. Tem invasores demais na área."¹⁷ Dados mensais do Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (Sirad) mostram que, durante a pandemia, no segundo trimestre de 2020 (meses de abril a junho), o desmatamento aumentou em 51% na TI, registrando 0,548 km² em novos desmatamentos.¹⁸

Os indígenas Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri apresentaram a maior taxa de contaminação por COVID-19 de que se teve

¹⁷ Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/12413/>. Acesso em: fevereiro de 2023.

¹⁸ J.D. Prieto, SAR EWS - Manual do Usuário. Versão SIRAD-A. V1.0. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2020.

conhecimento na Amazônia brasileira. Se morressem dez velhos, por exemplo, teriam acabado todos os velhos da aldeia. Entretanto, ninguém morreu. Segundo eles, isso aconteceu porque eles fizeram um remédio medicinal com uma casca de árvore, fruto do conhecimento tradicional, que inclusive chegaram a distribuir na forma de chá pronto para alguns ribeirinhos, outros parentes indígenas.

Por outro lado, o período de vacinação foi complicado por conta do histórico de ameaças e das fake news. Foi necessário um trabalho quase diário de conscientização, porque, a princípio, eles não queriam tomar a vacina, mas depois aceitaram.

Cerca de um ano após o início da pandemia, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) entrou com uma ação no STF solicitando barreiras sanitárias. Então, foi feita uma barreira sanitária no Rio Iriri, que é o rio dos Arara na terra indígena Cachoeira Seca. Essa barreira, por estar sob comando do Exército, ajudou minimamente, com uma certa atenção e um certo cuidado para com o povo Arara, a segurar o roubo de madeira – embora não fosse uma barreira muito efetiva, já que, na prática, muita gente passou por ela.



Fotografia: Diego Builes.

Eleições 2022

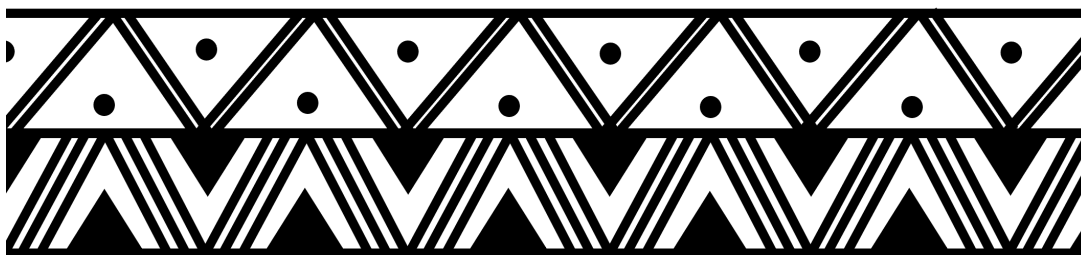
Entre outras coisas, o legado do governo Bolsonaro é, para todos os povos indígenas, o desmonte das legislações de proteção e defesa socioambientais e o enfraquecimento e aparelhamento da FUNAI com pessoas com uma visão mais militarista e evangélica.

Com o sucateamento, a FUNAI não avançou no processo de desintrusão.

A Terra Indígena Cachoeira Seca demarcada está homologada. A organização da desintrusão, embora seja necessária, está parada na FUNAI.

A consequência dessa conjuntura foi nefasta. Entre outros motivos, porque criou-se na região a ideia de que o ex-presidente iria abraçar, acobertar e proteger os invasores de terra e os madeireiros ilegais. Com isso, houve aumento da insegurança com relação à saúde, da violência e do armamento desses grupos, assim como do número de invasores. Um descaso que também se manifestou na ausência de diálogo.

Nesse sentido, as expectativas para o recém-eleito governo Lula é que ele conserte o erro do seu próprio partido, se cumpram as condicionantes pela construção de Belo Monte e que ao menos as mitigações socioambientais sejam respeitadas. Foi o Partido dos Trabalhadores (PT), na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, que construiu a Usina de Belo Monte. À época, a desintrusão, ou seja, a retirada dos não indígenas e a construção da base de vigilância eram condicionantes colocadas pelo Ministério Público Federal para a construção da usina. No entanto, a hidrelétrica já está construída, em operação, e não foi cumprida a condicionante de construção.



Grafismo do Povo Arara. Fonte: Instituto Maíra//Divulgação - 2022.

Então, o desafio está posto: como se retiram três mil pessoas de um lugar? Considerando-se que ali há pessoas de boa-fé que teriam direito a uma indenização e merecem ser respeitadas, o INCRA poderia se organizar minimamente para definir onde seria possível fazer assentamentos e quais são as terras disponíveis na região. Então, é necessária uma força nacional, pois essas pessoas não vão sair dali tranquilamente.

Na esteira, após a regularização territorial, a qual iria beneficiar a todos e todas na manutenção do clima, que tipo de ataque pode vir a acontecer quando os indígenas forem para a cidade fazer qualquer coisa? Por fim, como é que irá se recuperar e monitorar (vigiar), com cem pessoas, toda essa área degradada?

A resposta a esses imensos desafios pode estar na combinação de diálogo, estrutura, apoio, investimento e segurança. A defesa territorial da Cachoeira Seca será obra dos próprios Arara, pois eles são os protagonistas de seu território. No entanto, somente uma grande coalização em prol da vida e do meio ambiente pode garantir aos Arara as condições materiais para que protejam o seu território.

Linha do Tempo

1970

- “Terra sem homens para homens sem terra”. Criação do Plano Integração Nacional (PIN).
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) inicia processo de assentamento dentro do território Arara através de contrato assinado com a cooperativa Tritícola Ser-rana Ltda (Cotrijuí). Aproximadamente duas mil famílias fo-ram transferidas para o local.
- Início das obras da Transamazônica (BR-230)¹⁹ - sem laudo ambiental ou pesquisa de viabilidade econômica. Territó-rio tradicional do povo Arara é cortado ao meio pela rodovia, causando afastamento das relações sociais entre os subgru-pos Arara.

1972

- Lançamento do primeiro trecho da BR-230 com direito a evento solene às margens do Rio Xingu (Altamira-PA).

1976

- Crescimento do número de mortos e conflitos de invasores não indígenas. Reação violenta dos Arara aos contatos da FUNAI.

1981

- Primeiro contato oficial da FUNAI com povo Arara com um subgrupo que estava situado ao sul da BR-230 e outro, ao norte da rodovia (ambos subgrupos hoje residem na TI Arara).

1984

- Construção da Trans-Iriri²⁰ pela Madeireira Bannach Ltda.²¹ (com autorização do INCRA - estrada vicinal da BR-230 com destino à Vila Maribel,²² margem esquerda do Rio Iriri, atual-mente com cerca de 200 km de extensão).

¹⁹ Disponível em: <https://xingumais.org.br/obra/transamazonica-br-230-trecho-maraba-pa-ruropolis-pa>. Acesso em 25/03/2023.

²⁰ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/trans-iriri-mais-uma-estrada-ilegal-desmatando-amazonia>. Acesso em 25/03/2023.

²¹ Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/cnpj/05253810000769-PA-madeireira-bannach-ltda/>. Acesso em 25/03/2023.

²² Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/fotos/paisagem/visal-geral-do-porto-maribel-na-margem-do-rio-iriri-pa>. Acesso em 25/03/2023.



1985

- Interdição de 1.060.400 ha (incluindo nessa delimitação os atuais territórios da TI Arara e TI Cachoeira Seca) para proteção do Território Arara por meio do Ministério do Interior (Portaria 1.854/85 PP).

1987

- Contato oficial da FUNAI com o subgrupo Arara que hoje reside na TI Cachoeira Seca. Este subgrupo se encontrava nas proximidades da cabeceira do Igarapé Cachoeira Seca. Na época contavam com pouco mais de 30 integrantes descendentes de uma única mulher, Tjibié Arara.

1988

- Deputado Nicias Ribeiro (PT/PA)²³ denuncia ação ilegal dos madeireiros nas terras indígenas dos Arara.

1989

- A antropóloga Wilma Leitão assume a coordenação do Grupo de Trabalho (GT) da FUNAI para identificar os limites da TI Cachoeira Seca. Junto ao sertanista Afonso Alves da Cruz iniciam trabalhos para demarcação da TI.

1990

- Antropóloga Wilma Leitão apresenta sua 1ª proposta de limites²⁴ para a Terra Indígena Cachoeira Seca, com limite norte no Igarapé Olhões, recomendando que a área entre o referido Igarapé e a TI Arara permaneça interdita. De acordo com o próprio estudo, o laudo se apresenta incompleto, pois não realizou o levantamento fundiário dos projetos de colonização do INCRA ao longo da Transamazônica. No estudo, a Madeireira Bannach é apontada como a principal responsável pela devastação da área.

²³ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/nicias-denuncia-retirada-de-madeira-da-reserva-dos-arara>. Acesso em 25/03/2023.

²⁴ Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/36_20090616_112140.pdf. Acesso em 25/03/2023.

1991

- Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação de reintegração de posse contra Madeira Bannach (Processo número: 0000006-88.1991.4.01.3902, nº antigo: 91.00.00456-1).²⁵
- Justiça Federal defere liminar determinando a saída da Madeira Bannach. No mesmo mês, dois oficiais de Justiça, acompanhados pela Polícia Federal e pelo presidente da FUNAI, vão até a Madeira Bannach para cumprir ordem de reintegração de posse. De acordo com o então presidente da FUNAI, a empresa não aceitou a reintegração e apenas paralisou suas atividades. Em maio de 1991, o mesmo juiz reconsiderou o caráter imediato da reintegração.²⁶

1992

- Através da lei municipal no 388, a Câmara dos Vereadores de Altamira eleva o polo de processamento da Madeira Bannach (instalado na margem esquerda do Rio Iri e dentro da TI Cachoeira Seca) à categoria de vila, criando, assim, o Distrito Porto Bannach.²⁷

1993

- Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, assina a Portaria nº 26/1993, que declara para efeito de demarcação a TI Cachoeira Seca com 734 mil ha. Pela primeira vez é feita uma tentativa de reunificar o território Arara, conectando de forma contínua os limites da TI Arara com os limites da TI Cachoeira Seca.
- Prefeitos de Altamira, Uruará e Rurópolis alertam o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, da possibilidade de conflito armado entre indígenas e não indígenas.
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denuncia atuação de madeireiras no território Arara, principalmente a Madeira Bannach pela retirada irregular de mogno na região e pelo fomento ao conflito entre indígenas e não indígenas.²⁸
- Após pressão por parte de políticos de Altamira, Uruará, Rurópolis e Medicilândia, o Procurador da República e Coordenador de Defesa de Direitos e Interesses Indígenas do MPF, Wagner Gonçalves, concluiu pela ilegalidade da portaria nº 26/1993.

25 Fonte: Jornal O Liberal 12 de março de 1991.

26 Fonte: Jornal O Liberal, 28 de maio de 1991.

27 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/bannach/historico>. Acesso em 25/03/2023.

28 Fonte: Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1993.



1994

- Buscando definir a questão territorial Arara, FUNAI expede portaria nº 428/PRES para elaboração de novo laudo antropológico. Márnio Teixeira-Pinto é selecionado para a função.
- Márnio Teixeira-Pinto entrega relatório final do estudo desmistificando a ideia de que os Arara da TI Arara e Cachoeira Seca seriam de etnias diferentes. Ainda, defende a criação de um território contínuo entre os subgrupos Arara, pois informa que a separação dos subgrupos não ocorreu de forma voluntária, mas sim devido às constantes violações dos territórios que o povo Arara sofreu nas últimas décadas.

1996

- Grupos econômicos e políticos insatisfeitos com o processo de demarcação da TI Cachoeira Seca entram com cinco mandados de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para paralisar o processo. Dois mandados são acolhidos pelo STJ.

1997

- STJ concede o mandado de segurança e anula a portaria nº 26/1993. A concessão baseou-se na fragilidade dos estudos que subsidiaram o aumento da área de 686.501 ha para 760.000 ha.

1999

- Os Arara detêm oito homens que abriam estrada para escoamento de madeira dentro da área da TI Cachoeira Seca.²⁹

2000

- Denúncia³⁰ de atentado sofrido por indígenas Arara e equipe do CIMI dentro do território Arara. Uma emboscada na região denominada de Dois Irmãos: foram atacados por disparos de arma de fogo de pescadores e madeireiros que resultaram no assassinato de Karaya (Karaja) Arara. Até hoje o caso não foi concluído e ninguém foi responsabilizado pelo delito.

29 Fonte: Jornal O Liberal em 21 de maio de 1999.

30 Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/caso-karaya-relatorio-de-ocorrencias-pin-iriri-maio-de-2000>. Acesso em 25/03/2023.

2004

- Delegação do povo Arara³¹ vai à Brasília e entrega ao ministro da Justiça, Cláudio Luiz Beirão, abaixo-assinado com 23 mil assinaturas em prol da demarcação de seu território tradicional.
- Aumento da tensão na região: presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e candidato a prefeito em Uruará, Paulo Medeiros, afirma: “Vamos barrar. Nós não vamos aceitar a demarcação”.
- Em julho de 2004 a FUNAI toma ciência do cancelamento da portaria 26/1993 e paralisa o processo de demarcação da TI Cachoeira Seca.
- Em protesto contra a demarcação da TI Cachoeira Seca, cerca de 300 agricultores e pequenos proprietários interditaram ponte na rodovia Transamazônica na altura do município de Placas/PA.³²
- FUNAI publica a Portaria nº 1.442, na qual constitui novo grupo de trabalho para realizar estudos complementares para a delimitação da TI Cachoeira Seca com objetivo de sanar possíveis questionamentos contrários à demarcação e atualizar informações sobre o território dos Arara.

2006

- MPF ajuíza ação civil pública exigindo que a FUNAI apresente de forma definitiva o relatório de demarcação da TI Cachoeira Seca. Na ocasião, o procurador da República em Altamira, Marco Antônio de Almeida, afirma: “Como prevenir contra as invasões de terras, a prática diária de crimes ambientais e a permanente ameaça de extinção da etnia Arara com a patente omissão governamental?”.
- Apresentação dos estudos complementares da FUNAI coordenados pela antropóloga Maria Helena Amorim Pinheiro preservando a continuidade entre as duas terras indígenas do povo Arara.

31 Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/povo-arara-de-cachoeira-seca-entrega-abaixo-assinado-no-ministerio-da-justica>. Acesso em 25/03/2023.

32 Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 22 de julho de 2004.



2008

- Ministério da Justiça expede Portaria nº 1.235/2008 declarando como de posse permanente dos Arara a TI Cachoeira Seca, com uma superfície de 734.027 ha.

2009

- A resistência dos não indígenas apoiados pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Uruará com o objetivo de paralisar a demarcação fez com que o MPF solicitasse apoio da Polícia Federal para acompanhar as atividades de demarcação física da TI.

2010

- O IBAMA concede a Licença Prévia de UHE Belo Monte, estabelecendo 19 condicionantes relativas a populações indígenas. Entre elas, destacamos a condicionante assinada pela Norte Energia,³³ na qual a empresa se comprometia com a demarcação física, a homologação e a completa desintrusão da TI Cachoeira Seca.
- MPF pressiona para obter informações com a FUNAI sobre continuidade do processo da demarcação física da TI.
- FUNAI informa ao MPF que a demarcação não foi concluída devido às ações violentas dos não indígenas.

2011

- IBAMA emite a Licença de Instalação (LI) nº 795/2011, que permite o início das obras da UHE Belo Monte. MPF afirma que o IBAMA foi irresponsável ao conceder a LI pois as condições para implantação das obras não foram cumpridas pela Norte Energia.³⁴
- Conclusão da demarcação física da TI Cachoeira Seca.
- “Proteção não garante florestas”³⁵ – O crescente desmatamento na TI Cachoeira Seca.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) solicita que “se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas”.³⁶

2013

- Desmatamento³⁷ na TI Cachoeira Seca: 47 km².

2014

- Protesto reúne 320 indígenas e ribeirinhos que ocuparam as principais vias de acesso aos canteiros de obras da UHE Belo Monte.

2015

- Diretoria do IBAMA nega concessão da LO de Belo Monte, condicionando-a ao cumprimento de dez pendências socioambientais da obra (as condicionantes sobre as questões indígenas não foram analisadas pelo órgão, pois a diretoria atribuiu esta responsabilidade à FUNAI).
- MPF de Altamira expede duas recomendações à FUNAI: uma é específica em relação à proteção do território dos índios Arara da Cachoeira Seca. Outra advertia o órgão em relação à necessidade de cobrar do Governo Federal a garantia do cumprimento das condicionantes referentes ao uso exclusivo dos Arara sobre seu território (Ofício nº 3931201 5IPRM/ATMIGA-BI).

34 Fonte: Jornal O Globo de 06 de junho de 2011.

35 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/107001>. Acesso em 25/03/2023.

36 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110405_belomonte_oea_pai. Acesso em 25/03/2023.

37 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/125892>. Acesso em 25/03/2023.

- Ação do IBAMA prende 9 pessoas em flagrante por derrubada de árvores dentro da TI Cachoeira Seca.
- Ação Civil Pública do MPF alertando sobre o iminente risco de etnocídio do povo Arara da Cachoeira Seca.³⁸
- É expedida a licença de Operação da UHE Belo Monte.³⁹

2016

- Relatora especial das Nações Unidas, Victoria Tauli-Corpuz, visita a TI Cachoeira Seca e cobra a implementação das condicionantes⁴⁰ estabelecidas à UHE Belo Monte.
- Presidência da República publica no dia 05 de abril decreto de homologação⁴¹ da TI Cachoeira Seca no Diário Oficial da União (DOU), demarcando área com 734 mil ha como de posse permanente e de usufruto exclusivo do povo Arara.⁴²
- Arara denunciam⁴³ que conflitos em seu território aumentaram após homologação das suas terras e exigem desintrusão e ações que controlem invasões dos madeireiros e grileiros.
- Carta Arara: “Após a homologação, ao invés de nos sentirmos mais seguros, temos percebido uma grande reação dos grupos que têm interesse em nosso território, que começaram a nos ameaçar diretamente. Se a desintrusão e/ou ações de controle não ocorrem em um prazo curto, existe alto risco de intensificação do número de invasões, da extração ilegal de madeira e do desmatamento dentro de nossa área, junto com a piora na nossa segurança”.
- Grupo de madeireiros invadem⁴⁴ a TI Arara.
- Criação da Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca – KOWIT.
- Desmatamento: 12 km².

38 Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2020-08/Inicial%20ACP%20Etnoc%C3%ADdio.pdf>. Acesso em 25/03/2023.

39 Disponível em: https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2018-06/LO_Belo_Monte.pdf. Acesso em 25/03/2023.

40 Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>. Acesso em 25/03/2023.

41 Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/04/2016>. Acesso em 25/03/2023.

42 Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2016/07/indios-arara-finalmente-obtem-direito-terras/>. Acesso em 25/03/2023.

43 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/169223>. Acesso em 25/03/2023.

44 Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/01/06/indios-arara-temem-confronto-com-posseiros-que-invadiram-reserva-indigena-no-para.ghtml>. Acesso em 25/03/2023.

2017

- Manifestação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sobre a carta encaminhada pela Terra Indígena Cachoeira Seca.⁴⁵
- Desmatamento: 15 km².

2019

- Totalmente concluída, UHE de Belo Monte é inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019.⁴⁶
- Desmatamento: 61 km².

2020

- Sem nenhum apoio do Estado, indígenas Arara são contaminados pela COVID-19.⁴⁷
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil protocola ADPF⁴⁸ solicitando ao Governo Federal que adote medidas para conter o avanço da pandemia nos territórios indígenas (incluindo Cachoeira Seca).
- Publicação da "Carta do Povo Arara para o mundo".⁴⁹
- Desmatamento: 72 km².

2021

- Lançamento da campanha Guardiões do Iriri.⁵⁰
- *Live* solidária⁵¹ com a participação de Sydney Possuelo: “A saga do povo Arara: 34 anos de contato, 34 anos de destruição”.
- Articulação junto à Frente Parlamentar Mista em defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.⁵²
- Delegação Arara denuncia violações de direitos na 6ª Câmara

45 Disponível em: https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/196/edit/2019-04/Manifestacao_DNIT_Carta%20Arara%20março%202018.pdf. Acesso em 25/03/2023.

46 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-11/belo-monte-liga-ultima-turbina-e-inicia-operacao-completa>. Acesso em 25/03/2023.

47 Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/12413>. Acesso em 25/03/2023.

48 Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/>. Acesso em 25/03/2023.

49 Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-barragem-de-belo-monte-maquagem-verde-contestada/>. Acesso em 25/03/2023.

50 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5vhd3nrEogY>. Acesso em 25/03/2023.

51 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyHxoldi6tg>. Acesso em 25/03/2023.

52 Disponível em: <http://frenteparlamentarindigena.com.br/povo-arara-da-terra-indigena-cachoeira-seca-lanca-campanha-em-defesa-de-direitos-territoriais/>. Acesso em 25/03/2023.

do MPF e nas seguintes embaixadas: Canadá, Rússia, Bélgica, Alemanha, Noruega e Japão.

- Ação Civil Pública do MPF sobre o hidrograma de consenso.⁵³

2022

- Lançamento do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Povo Arara da Cachoeira Seca.⁵⁴
- Justiça Estadual de Altamira suspende o licenciamento ambiental da mineradora Belo Sun, emitido pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).⁵⁵ Até o presente momento os povos do Rio Iriri não foram incluídos na avaliação de impacto socioambiental.
- Povo Arara cobra DNIT sobre ausência de consulta para o asfaltamento de 250 km da BR 230, entre Medicilândia e Rurópolis.⁵⁶
- Dez assassinatos ocorrem em Altamira em cinco dias.⁵⁷
- IBAMA apreende mil cabeças de gado na TI Cachoeira Seca.⁵⁸ A ação resulta na prisão de Wagmar Carneiro (pai do prefeito de Brasil Novo) como principal suspeito.
- FUNAI cria comissão para pagar indenizações a não indígenas que vivem na TI Cachoeira Seca.⁵⁹

53 Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/decisao_tutela_provisoria_hidrograma_hidreletrica_belo_monte_junho_2021.pdf. Acesso em 25/03/2023.

54 Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/196/edit/2022-04/protocolo%20cachoeira%20seca%20web.pdf>. Acesso em 25/03/2023.

55 Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17nvvPKnugpG0j3I5IAlMfITwiywBNpGR/view>. Acesso em 25/03/2023.

56 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/povo-indigena-arara-cria-protocolo-para-negociar-obras-em-seu-territorio.shtml>. Acesso em 25/03/2023.

57 Disponível em: <https://twitter.com/brumelianebrum/status/1525832675713499136>. Acesso em 25/03/2023.

58 Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/21/operacao-em-terra-indigena-de-cachoeira-seca-apreende-1000-animais-bovinos-e-aplica-multa-de-mais-de-r-2-milhoes.ghtml>. Acesso em 25/03/2023.

59 Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/06/27/funai-cria-comissao-para-pagar-indenizacoes-a-nao-indigenas-que-vivem-na-ti-cachoeira-seca-no-para.ghtml?-fbclid=IwAR1EyZDnLHeb5g2xbI1-tKoMQOeiqz_jhh8oLUmHsW9AoVwnUGqpFKnWzUE. Acesso em 25/03/2023.

Considerações finais

Por Antenor Vaz⁶⁰ e Daniel Lopes Faggiano⁶¹

A Amazônia e Cerrado brasileiro abrigam o maior número de registros de povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial⁶² do mundo.⁶³ São povos que resistem e insistem em manter seu modo de vida apesar de terem suas existências duramente impactadas pela expansão da sociedade de consumo.

Um modo de vida que, apesar de distinto em cada povo indígena, possui, de maneira geral, o mesmo entendimento sobre a importância da natureza, da flora e da fauna, dos rios e das florestas, da manutenção climática, e, conseqüentemente, da vida humana. Esses povos, conhecidos como originários, são especialistas em ouvir, dialogar, cuidar e aprimorar a relação do homem e da mulher com seus territórios. Este conhecimento tradicional e ancestral, permeado por explicações míticas, apresenta formas concretas que garantem um equilíbrio socioambiental, de modo a estabelecer uma relação harmônica essencial à vida humana. Entendem os povos (originários) que a natureza, com seus rios e florestas, com toda a sua biodiversidade, é a verdadeira infraestrutura⁶⁴ necessária para edificação da vida humana.

Não é à toa que os territórios indígenas apresentam uma maior biodiversidade preservada se comparados aos demais territórios do plane-

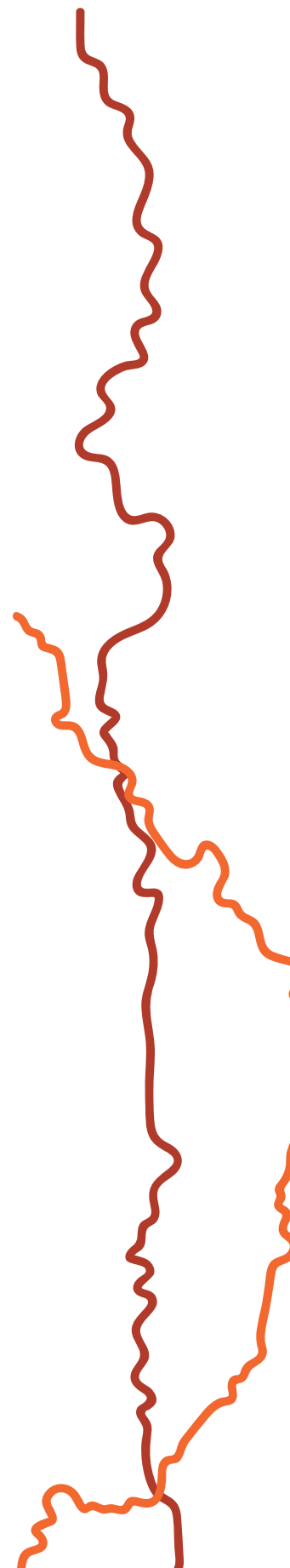
60 Membro fundador do Grupo de Trabalho Internacional de Proteção de Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (GTI-PIACI).

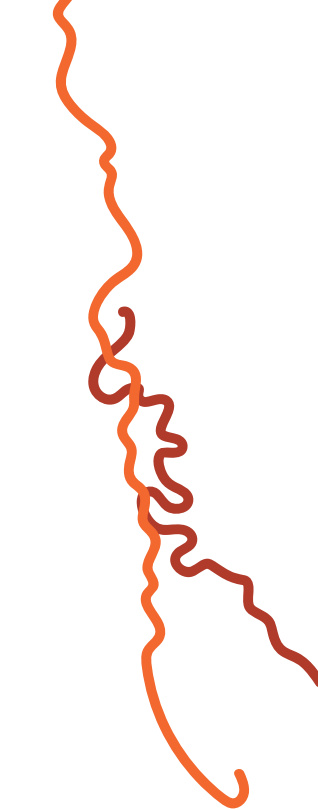
61 Atual diretor executivo do Instituto Maíra e indigenista junto ao povo Arara da TI Cachoeira Seca.

62 No Brasil, o Estado brasileiro adota a seguinte nomenclatura: Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIIRC). Na América do Sul, os países de língua hispânica utilizam Pueblos Indígenas en Situación de Aislamiento y Contacto Inicial (PIACI)

63 Segundo dados da FUNAI, existem 114 registros de povos indígenas isolados; destes, apenas 24 são confirmados, os demais encontram-se em fase de informação e/ou estudos. Quanto ao número de registros de povos indígenas de Recente Contato, os dados oferecidos pela FUNAI variam entre 08 e 10 registros, ou indicam que prestam assistência a 19 terras indígenas com presença desses povos. Levantamento realizado por Antenor Vaz indica um quantitativo de 25 grupos indígenas no Brasil que podem ser considerados na condição de recente contato.

64 "Evoluída nos últimos cinquenta milhões de anos, a floresta amazônica é o maior parque tecnológico que a Terra já conheceu, cada organismo seu, entre trilhões, é uma maravilha de miniaturização e automação" (Antonio Donato Nobre, "O Futuro Climático da Amazônia: Relatório de Avaliação Científica". Patrocinado por ARA, CCST-INPE, e INPA [2014]).





ta. Sabem, os povos indígenas, melhor do que ninguém, a importância de cada animal, inseto, planta ou mineral para manutenção da vida humana.

A riquíssima biodiversidade amazônica, por exemplo, não é um fato pronto, ou a priori, mas sim resultado da ação milenar dos povos originários, os quais, atrelados ao conhecimento tradicional, foram pouco a pouco moldando e aperfeiçoando as florestas, os rios e a natureza. Na cosmovisão dos povos originários, o humano não se sobrepõe aos demais seres materiais ou imateriais.

Em contrapartida a estes povos, o consumo desenfreado provocado pela entificação capitalista no globo tem se mostrado cada vez mais incontrolável e insaciável. De modo que a imposição violenta deste único modo de vida ameaça o futuro de toda humanidade. De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, publicado em 2022,⁶⁵ temos que, de maneira urgente, mudar radicalmente nosso modo de vida. Se essa sociabilidade não mudar drasticamente, as catástrofes socioambientais serão mais frequentes e intensas. Ou seja, a perda de biodiversidade e as crises climáticas provocadas pelo capitalismo estão colocando o futuro de toda a humanidade em risco.

Dessa maneira, não resta dúvida de que devemos proteger, preservar e promover o conhecimento tradicional dos povos indígenas se quisermos fortalecer nossa biodiversidade, ascender à justiça climática e assim garantir um futuro digno às futuras gerações. A herança cultural e o conhecimento tradicional dos povos indígenas podem contribuir como a principal forma e referência prática para construção de uma nova sociabilidade e um novo mundo.

No caso dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário e de contato inicial, a situação ganha particularidades que merecem a nossa atenção. Os serviços ecossistêmicos proporcionados pela gestão territorial destes grupos beneficiam toda a espécie humana. Sua presença e conhecimento tradicional promovem um mundo mais saudável e equilibrado para todos e todas. No entanto, os Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (PIACI, na sigla em espanhol) são diretamente ameaçados por um modelo de desenvolvimento agro-extrativista-exportador, sejam eles lícitos ou ilícitos, que implementa projetos de infraestrutura, na maioria dos casos, sem nenhum respeito às particularidades locais e ao ordenamento jurídico, nacional e internacional.

Os povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial são titulares de direitos humanos e estão submetidos a um conjunto de

65 “Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change”. IPCC. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>. Acesso em 25/03/2023.

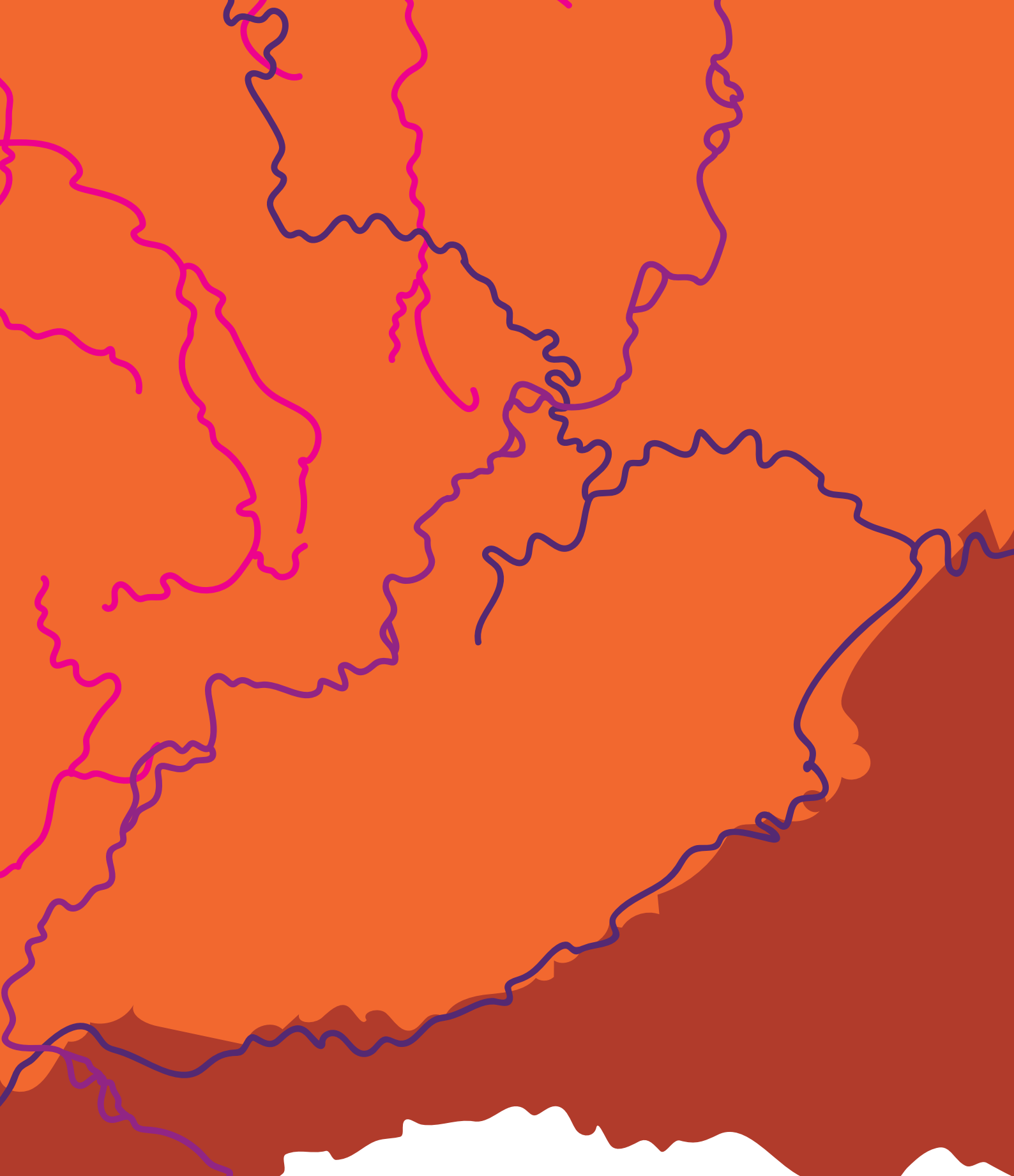
vulnerabilidades. A defesa dos direitos destes povos implica a atuação de outros atores que não somente os indígenas. Os Estados, órgãos internacionais, integrantes da sociedade civil e outros atores na defesa dos direitos socioambientais devem colaborar na elaboração de políticas públicas que assegurem os direitos desses povos, por exemplo, o reconhecimento de seus territórios.

Apesar do retrocesso nos últimos quatro anos, constata-se avanços nas últimas três décadas na proteção e promoção de direitos dos povos indígenas em situação de isolamento no Brasil. Na verdade, existe um conjunto de procedimentos administrativos que garantem a proteção desses povos. No entanto, este "marco regulatório" existente ainda é frágil por se tratar de medidas administrativas sem a aprovação do Congresso Nacional e, portanto, passíveis de serem revogadas pelos gestores das instâncias administrativas competentes.

Em referência aos povos indígenas considerados de recente contato, a situação é mais preocupante, pois existem pouquíssimas medidas administrativas que regulamentam a promoção e proteção desses povos. Neste sentido, podemos afirmar que não existe uma política pública que lhes seja direcionada.

Destacamos a iniciativa do Ministério da Saúde e da FUNAI, quando da publicação, em dezembro de 2018, da Portaria Conjunta nº 4.094, de 20 de dezembro de 2018, que "Define princípios, diretrizes e estratégias para a atenção à saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato". Também destacamos a publicação da Resolução nº 44, de 10 de dezembro de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que "estabelece princípios, diretrizes e recomendações para garantir os direitos humanos dos povos indígenas em isolamento e contato recente, bem como para a salvaguarda da vida e bem-estar desses povos".

É certo que os PIACI possuem as melhores soluções tecnológicas para mitigar os efeitos da crise climática. No entanto, como afirmado anteriormente, a mudança da sociabilidade do consumo deve ser urgente, radical e universal. Sendo assim, deve ser realizado um grande compromisso junto aos PIACI pela proteção e promoção de seus direitos no que tange, principalmente, ao reconhecimento de seus territórios e definição de políticas públicas efetivas como principais ferramentas de manutenção da biodiversidade e acesso à justiça climática. O futuro de toda humanidade depende da diversidade do conhecimento tradicional dos povos indígenas, no entanto, sua efetivação é uma tarefa de todos nós.



Apoio:

